

## Serra do Mel Holding S.A.

CNPJ/MF nº 30.342.595/0001-24

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	918	5.291	50.097	35.008	Fornecedores	11	8	83	23.984	14.048
Fundos vinculados	6.b	-	-	-	54	Financiamentos	12	-	-	38.860	27.000
Contas a receber	7	-	-	14.873	15.504	Debêntures	13	215	446	215	446
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	106	170	Obrigações tributárias	-	1	-	736	812
Tributos a recuperar	-	-	-	1.841	1.841	Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	-	1.440	2.286
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	113	25	211	855	855	Adiantamento de clientes	14	-	-	4.374	7.407
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	3.559	2.634	Partes relacionadas	23	4.852	10.711	-	-
Estoques	-	-	-	187	186	Arrendamentos	9	-	-	102	17
Dividendos a receber	23	3.142	10.260	-	-	Outras contas a pagar	310	359	315	2.488	2.488
Partes relacionadas	23	-	-	36	375	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>5.386</b>	<b>11.599</b>	<b>70.026</b>	<b>54.504</b>	
Outras contas a receber	23	147	-	-	-	<b>Não circulante</b>					
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>4.320</b>	<b>15.576</b>	<b>70.910</b>	<b>56.627</b>		Financiamentos	12	-	-	290.988	325.595
<b>Não circulante</b>						Debêntures	13	130.290	124.363	130.290	124.363
Fundos vinculados	6.b	-	-	9.634	18.360	Provisão para desmobilização	15	-	-	93.805	90.633
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	422	Arrendamentos	9	-	-	11.542	11.560
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>9.634</b>	<b>18.782</b>				Adiantamento de clientes	14	-	-	72.564	75.416
Investimentos	8	420.347	499.765	-	-	Outras contas a pagar	-	-	-	6.265	6.265
Direito de uso	9	-	-	84.195	94.212	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>130.290</b>	<b>124.363</b>	<b>599.189</b>	<b>633.832</b>	
Imobilizado	10	49	49	793.463	898.082	<b>Total do passivo</b>	<b>135.676</b>	<b>135.962</b>	<b>669.215</b>	<b>688.336</b>	
Intangível	12	11	65	72	72	<b>Patrimônio líquido</b>					
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>420.408</b>	<b>499.825</b>	<b>887.357</b>	<b>1.011.148</b>		Capital social	16	400.567	400.567	400.567	400.567
<b>Total do ativo</b>	<b>424.728</b>	<b>515.401</b>	<b>958.267</b>	<b>1.067.775</b>		Prejuízos acumulados	16	(111.515)	(21.128)	(111.515)	(21.128)
						<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>289.052</b>	<b>379.439</b>	<b>289.052</b>	<b>379.439</b>	
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>424.728</b>	<b>515.401</b>	<b>958.267</b>	<b>1.067.775</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	17	-	-	152.530	150.377
Custos de operação	18	-	-	(117.911)	(109.450)
<b>Lucro bruto</b>				<b>34.619</b>	<b>40.927</b>
Despesas gerais e administrativas	19	(96)	(1)	(5.854)	(5.299)
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	10.c	-	-	(77.762)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	39	305	(254)	1.040	1.040
Resultados com equivalência patrimonial	8	(76.503)	6.949	-	-
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>(76.560)</b>	<b>7.253</b>	<b>(49.251)</b>	<b>36.438</b>
Receitas financeiras	20	354	181	4.877	3.832
Despesas financeiras	20	(14.181)	(14.689)	(39.665)	(41.556)
<b>Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(90.387)</b>	<b>(7.255)</b>	<b>(84.039)</b>	<b>(1.286)</b>
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	(6.348)	(5.969)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(90.387)</b>	<b>(7.255)</b>	<b>(90.387)</b>	<b>(7.255)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(90.387)	(7.255)	(90.387)	(7.255)	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
<b>Resultado Abrangente total</b>	<b>(90.387)</b>	<b>(7.255)</b>	<b>(90.387)</b>	<b>(7.255)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>396.217</b>		<b>(13.873)</b>	<b>382.344</b>
Aporte de capital	4.350	-	-	-	4.350
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.255)	(7.255)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>400.567</b>			<b>(21.128)</b>	<b>379.439</b>
Aporte de capital	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(90.387)	(90.387)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>400.567</b>			<b>(111.515)</b>	<b>289.052</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>(90.387)</b>	<b>(7.255)</b>	<b>(84.039)</b>	<b>(1.286)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atividades operacionais:

Depreciação	10	-	-	34.594	33.485
Amortização de direitos de uso	9	-	-	2.305	2.305
Amortização de software	-	-	-	7	-
Juros sobre financiamentos	12	-	-	19.202	21.053
Juros sobre debêntures	13	12.615	12.797	12.615	12.797
Custo de captação de financiamentos apropriado ao resultado	12	-	-	129	129
Custo de captação de debêntures apropriado ao resultado	13	408	408	408	408
Baixa de imobilizado	10	-	-	(25)	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	76.503	(6.949)	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras e fundos vinculados	20	(354)	(180)	(4.776)	(3.782)
Outras receitas financeiras	20	-	(1)	(101)	(50)
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	15	-	-	3.172	3.065
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	10.c	-	-	(77.762)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	9	-	-	1.198	1.223
<b>Lucro (prejuízo) ajustado</b>		<b>(1.215)</b>	<b>(1.180)</b>	<b>62.451</b>	<b>69.347</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>					
Contas a receber	7	-	-	631	(2.378)
Outras contas a receber	(147)	806	-	-	-
Tributos a recuperar	-	-	-	73	-
Estoques	-	-	-	(1)	11
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	64	18
Dividendos recebidos	8.078	1.478	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	1.288	(503)	-	1.261
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>					
Fornecedores	11	(75)	(16)	9.936	9.287
Obrigações sociais	-	-	-	(361)	-
Tributos a recolher	-	-	-	(76)	122
Adiantamento de clientes	-	-	-	(5.885)	(11.776)
Outras contas a pagar	(49)	(1.273)	(8.438)	(2.939)	-
<b>Caixa gerado pelas (atividades operacionais)</b>		<b>6.593</b>	<b>1.103</b>	<b>58.179</b>	<b>62.665</b>
<b>Atividade de juro de financiamentos</b>		<b>12</b>	<b>-</b>	<b>(18.115)</b>	<b>(18.737)</b>
Pagamento de juros de debêntures	13	(6.957)	(6.747)	(6.957)	(6.747)
Pagamento de IR e CS	(88)	11	(6.550)	(4.873)	-
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas (atividades operacionais)</b>		<b>(452)</b>	<b>(5.633)</b>	<b>26.557</b>	<b>32.308</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aportes de capital em investidas	8	(1.977)	(10.450)	-	-
Redução de Capital em investidas	8	3.932	7.394	-	-
Aplicações financeiras e fundos vinculados	-	354	181	13.657	(12.019)
Aquisição ao ativo imobilizado	10	-	-	-	(9.424)
Aquisição de intangível	(1)	-	-	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas (atividades de investimento)</b>		<b>2.308</b>	<b>(2.875)</b>	<b>13.657</b>	<b>(21.443)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Pagamento de principal de arrendamentos	9	-	-	(1.131)	(1.240)
Pagamento de principal de financiamentos	12	-	-	(23.963)	(20.189)
Partes relacionadas	(5.859)	9.701	339	(375)	-
Pagamento de principal de debêntures	13	(370)	(283)	(370)	(283)
Aumento (Redução) de capital	-	-	-	4.350	-
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas (atividades de financiamento)</b>		<b>(6.229)</b>	<b>13.768</b>	<b>(25.125)</b>	<b>(17.737)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes</b>		<b>(4.373)</b>	<b>5.260</b>	<b>15.089</b>	<b>(6.872)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.a	5.291	31	35.008	41.880
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.a	918	5.291	50.097	35.008
<b>Variação no caixa e equivalentes</b>		<b>(4.373)</b>	<b>5.260</b>	<b>15.089</b>	<b>(6.872)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional - a. Constituição e capacidade produtiva:** A Serra do Mel Holding ("Companhia") é uma sociedade anônima por ações, de capital fechado, controlada pela Echoenergia Participações S.A., que detém 100% de suas ações. A Companhia tem sede à Avenida das Nações Unidas, 14.171 - 15º andar, Torre Ebony Tower, Edifício Rochavér, Vila Gertrudes, capital do Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A relação das Companhias controladas está apresentada na nota explicativa 3. Estas atividades são reguladas pela ANEEL. As controladas são Produtores Independentes de Energia Elétrica, tendo todas as sociedades autorização do Poder Concedente conforme definido na Lei nº 9.074/95. A controladora direta final do grupo é a Echoenergia Participações S.A. As controladas da Companhia possuem seus centros geradores de energia eólica situados nos municípios de Serra do Mel no Estado do Rio Grande do Norte, constituídas de 49 unidades geradoras de 4,2 MW médios, totalizando 205,8 MW médios de capacidade instalada. **1.1. Projeto de geração eólica:** Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW médios)	Garantia física (MW Médios)
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8620/2020	12/03/2020	35 anos	21	10,9
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8615/2020	12/03/2020	35 anos	33,6	17,6
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8616/2020	12/03/2020	35 anos	37,8	18,5
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8617/2020	12/03/2020	35 anos	37,8	18,7
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8618/2020	12/03/2020	35 anos	37,8	19,3
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8619/2020	12/03/2020	35 anos	37,8	20,2

**1.2. Contratos de venda de energia:** Em 31 de dezembro de 2025, as controladas possuem os seguintes contratos de compra e venda de energia de longo prazo com vencimento em 2031:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW médio)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Vila Alagoas II	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro
EOL Vila Espírito Santo I	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro
EOL Vila Espírito Santo II	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro
EOL Vila Espírito Santo III	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro
EOL Vila Espírito Santo IV	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro
EOL Vila Espírito Santo V	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro

(a) Ambiente de contratação livre. (b) As controladas possuem 85% das suas receitas contratadas em face de garantia física total, iniciando-se a partir da entrada de operação comercial em 2021, exceto Vila Espírito Santo IV, cuja entrada de operação se iniciou no primeiro trimestre de 2022. **1.3. Reforma tributária sobre o consumo:** Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e Lei Complementar 227/2026, de 13 de janeiro de 2026. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar. Até 31 de dezembro de 2025, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

**1.4. Lei nº 15.269/2025 - Novo marco regulatório do setor elétrico:** Em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, que altera o marco regulatório do setor elétrico e introduz modificações relevantes para a dinâmica de comercialização de energia, incluindo a abertura do mercado livre para clientes de baixa tensão, a instituição do Supridor de Última Instância (SUI), mecanismos de encargos associados à migração, alterações em autoprodução por equiparação e diretrizes sobre armazenamento. Adicionalmente, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado (período de 01/09/2023 a 25/11/2025) quanto para o futuro (a partir de 25/11/2025). A possibilidade de ressarcimento, contudo, está condicionada à adesão do gerador a um termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, o que implica a existência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema. O Ministério de Minas e Energia - MME submeteu a minuta do referido termo de compromisso à Consulta Pública nº 210/2025, abrindo prazo para contribuições até 16.01.202

... continuação

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas demonstrações financeiras. **6. Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados** – Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, visando à continuidade dos seus negócios. **a. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	71	74	1.746	3.825
Aplicações financeiras (a)	847	5.217	48.351	31.183
<b>Total</b>	<b>918</b>	<b>5.291</b>	<b>50.097</b>	<b>35.008</b>

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimentos Exclusivos, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração média 100,25% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2025 e (100,19% em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa. **b. Fundos vinculados:** Os valores registrados como fundos vinculados representam contas-reserva destinadas à liquidação de dívidas, atendendo às exigências contratuais definidas nos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras credoras. A movimentação dessas contas obedece às características específicas de cada grupo de reserva. Para mais detalhes sobre os contratos de financiamento e a identificação das contrapartes credoras, consultar a nota explicativa 12 e 13. Os fundos vinculados são classificados no ativo, baseando-se na expectativa de utilização dos saldos para a liquidação das obrigações de dívida.

	Consolidado	
	2025	2024
Reserva de dívida BNB (a)	5.544	2.777
Centralizadora (b)	359	81
Reserva O&M (c)	3.731	533
Reserva da dívida debêntures (d)	-	15.023
<b>Total</b>	<b>9.634</b>	<b>18.414</b>
Circulante	-	54
Não circulante	9.634	18.360

A seguir demonstramos a característica individual de cada conta reserva, bem como sua natureza conforme contratos de financiamento. **(a) Reserva de dívida BNB:** Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNB em caso de insuficiência de caixa, deve conter o saldo devedor para o projeto Espírito Santo 5. **(b) Centralizadora:** As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia, porém geridas pelo banco administrador, constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos e são destinadas ao recebimento total dos direitos cedidos nos contratos de financiamento. **(c) Reserva de O&M:** Conta reserva destinada ao pagamento de O&M em caso de insuficiência de caixa, deve conter 1/4 do valor anual do pagamento de O&M. **(d) Reserva da dívida debêntures:** Conta reserva mantida com o objetivo de garantir o pagamento da dívida de debêntures em caso de insuficiência de caixa. O montante representa o valor esperado de pagamento da próxima parcela da escritura, devendo ser mantido até o final do contrato (adicional ao estabelecido no item a – Reserva de pagamento de Debêntures), tendo em vista a manutenção até o final do contrato, esse montante é classificado no ativo não circulante. **7. Contas a receber** – As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor justo e são realizadas pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias das controladas e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

	Consolidado	
	2025	2024
Transações realizadas no ACL (a)	13.510	15.504
Transações MCP (b)	1.363	-
<b>Total</b>	<b>14.873</b>	<b>15.504</b>

**(a) Transações realizadas no ACL (Ambiente de Contratação Livre):** Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre os agentes do mercado e liquidadas na CCEE. **(b) MCP (Mercado de Curto Prazo):** saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. **a. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa:** O critério utilizado pela Companhia e suas controladas para constituir PECLD é de análise individual, considerando expectativas futuras de problemas de liquidação. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não constituíram saldos de PECLD, pois são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	420.347	499.765	420.347	499.765
<b>Total</b>	<b>420.347</b>	<b>499.765</b>	<b>420.347</b>	<b>499.765</b>

	% Participação	Resultado do exercício		Investimento
		2025	2024	
<b>Investidas</b>				
Eólica Vila Alagoas II	100%	48.217	618	48.217
Eólica Vila Espírito Santo I	100%	64.243	(16.483)	64.242
Eólica Vila Espírito Santo II	100%	75.215	(787)	75.215
Eólica Vila Espírito Santo III	100%	69.172	(41.596)	69.172
Eólica Vila Espírito Santo IV	100%	83.863	(21.674)	83.863
Eólica Vila Espírito Santo V	100%	79.637	3.419	79.638
<b>Total dos investimentos</b>		<b>420.347</b>	<b>(76.503)</b>	<b>420.347</b>

	% Participação	Resultado do exercício		Investimento
		2025	2024	
<b>Investidas</b>				
Eólica Vila Alagoas II	100%	48.729	655	48.729
Eólica Vila Espírito Santo I	100%	81.659	920	81.659
Eólica Vila Espírito Santo II	100%	75.058	(1.354)	75.058
Eólica Vila Espírito Santo III	100%	110.768	2.294	110.768
Eólica Vila Espírito Santo IV	100%	105.537	2.407	105.537
Eólica Vila Espírito Santo V	100%	78.014	2.027	78.014
<b>Total dos investimentos</b>		<b>499.765</b>	<b>6.949</b>	<b>499.765</b>

	2024	Resultado de equivalência patrimonial (a)		Distrito de dividendos	2025
		Aumen- to de capital	Redu- ção de capital		
<b>Investidas</b>					
Eólica Vila Alagoas II	48.729	(983)	618	(147)	48.217
Eólica Vila Espírito Santo I	81.659	50 (983)	(16.483)	-	64.243
Eólica Vila Espírito Santo II	75.058	1.927 (983)	(787)	-	75.215
Eólica Vila Espírito Santo III	110.768	-	(41.596)	-	69.172
Eólica Vila Espírito Santo IV	105.537	-	(21.674)	-	83.863
Eólica Vila Espírito Santo V	78.014	(983)	3.419	(813)	79.637
<b>Total líquido investido</b>	<b>499.765</b>	<b>1.977 (3.932)</b>	<b>(76.503)</b>	<b>(960)</b>	<b>420.347</b>

	2023	Resultado de equivalência patrimonial (a)		Distrito de dividendos	2024
		Aumen- to de capital	Redu- ção de capital		
<b>Investidas</b>					
Eólica Vila Alagoas II	47.664	1.800 (1.232)	655	(158)	48.729
Eólica Vila Espírito Santo I	80.838	1.350 (1.232)	920	(217)	81.659
Eólica Vila Espírito Santo II	71.846	5.800 (1.234)	(1.354)	-	75.058
Eólica Vila Espírito Santo III	110.149	100 (1.232)	2.294	(543)	110.768
Eólica Vila Espírito Santo IV	104.684	250 (1.232)	2.407	(572)	105.537
Eólica Vila Espírito Santo V	76.552	1.150 (1.232)	2.027	(483)	78.014
<b>Total líquido investido</b>	<b>491.733</b>	<b>10.450 (7.394)</b>	<b>6.949</b>	<b>(1.973)</b>	<b>499.765</b>

	Capital			Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro/ (Prejuízo)
	Social	Ativo	Passivo			
<b>2025</b>						
Vila Alagoas II	45.163	115.801	67.584	48.217	17.695	618
Vila Espírito Santo I	71.942	203.919	139.676	64.243	28.939	(16.483)
Vila Espírito Santo II	75.085	186.667	111.452	75.215	27.185	(787)
Vila Espírito Santo III	101.572	127.409	58.237	69.172	23.904	(41.596)
Vila Espírito Santo IV	97.147	141.950	58.087	83.863	24.250	(21.674)
Vila Espírito Santo V	70.571	186.282	106.645	79.637	30.787	3.419
<b>Total</b>	<b>461.480</b>	<b>962.028</b>	<b>541.681</b>	<b>420.347</b>	<b>152.760</b>	<b>(76.503)</b>
<b>2024</b>						
Vila Alagoas II	46.146	119.307	70.578	48.729	17.580	655
Vila Espírito Santo I	72.876	228.661	147.002	81.659	26.629	920
Vila Espírito Santo II	74.142	191.094	116.036	75.058	29.558	(1.354)
Vila Espírito Santo III	101.572	175.872	65.104	110.768	21.676	2.294
Vila Espírito Santo IV	97.147	170.140	64.603	105.537	23.629	2.407
Vila Espírito Santo V	71.554	188.719	110.705	78.014	31.306	2.027
<b>Total</b>	<b>463.437</b>	<b>1.073.793</b>	<b>574.028</b>	<b>499.765</b>	<b>150.377</b>	<b>6.949</b>

**9. Direito de uso e Arrendamento** – No início de um contrato, a Companhia e suas Controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento, conforme requerimentos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato

**Serra do Mel Holding S.A.**

transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificável, por um período determinado, em troca de contraprestação. **Arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso das controladas, os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem às terras nos e parques eólicos encontram-se instalados. A Companhia e suas controladas adotam os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: • Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,33% a.a. • Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com renovação e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos das terras onde os parques eólicos estão instalados, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar, caso tais reajustes venham a ocorrer. A Companhia e suas controladas atuam como arrendatária em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados e têm procedimentos estabelecidos para identificar os contratos de arrendamento que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Os contratos que atendem as características abaixo são excluídos do escopo da norma e o registro contábil é feito mensalmente, reconhecendo o custo do uso do ativo arrendado diretamente no resultado, i. curto prazo (com duração inferior a 12 meses); ii. ativos de baixo valor; iii. parcelas variáveis de pagamentos; iv. contratos em que o ativo de arrendamento não pode ser identificado separadamente; v. contratos em que a Companhia e suas controladas não têm direito a obter a maioria dos benefícios econômicos do uso do ativo; e vi. contratos em que a Companhia e suas controladas não têm controle significativo sobre como o ativo é usado. Os saldos do direito de uso estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	em 2024	em 2025
<b>Ativo de direito de uso</b>		
Arrendamento parques eólicos	94.212	84.195
<b>Total do ativo</b>	<b>94.212</b>	<b>84.195</b>

	Consolidado	
	em 2023	em 2024
Arrendamento parques eólicos	96.517	94.212
<b>Total do ativo</b>	<b>96.517</b>	<b>94.212</b>

(a) Valores de adição e baixa referentes a remensuração da desmobilização conforme ICP 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, para maiores detalhes, consultar nota explicativa 15.

	Consolidado	
	em 2023	em 2024
<b>Passivo de arrendamento</b>		
Arrendamentos parques eólicos	11.577	11.644
<b>Total do ativo</b>	<b>11.577</b>	<b>11.644</b>

	Consolidado	
	em 2023	em 2024
Arrendamentos parques eólicos	11.594	11.577
<b>Total do ativo</b>	<b>11.594</b>	<b>11.577</b>

**10. Imobilizado – Reconhecimento e mensuração:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas, e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposito. Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os custos e juros sobre financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. O reconhecimento da depreciação no resultado baseia-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte do ativo imobilizado. Este método foi adotado por refletir mais adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. No exercício de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de revisar a estimativa de vida útil dos ativos, pois não foram observadas alterações significativas em suas condições ou no ambiente operacional ao longo do exercício. A Administração avalia os prazos de autorização dos parques em face das taxas obtidas, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que as vidas úteis remanescentes dos ativos não sejam superiores aos prazos de autorização dos parques eólicos.

	25 anos	30 anos	20 anos	35 anos	40 anos	50 anos	26 anos	10 anos
Unidade de geração eólica – Pás								
Unidade de geração eólica – Gerador								
Unidade de geração eólica – Gearbox e mainshaft								
Unidade de geração eólica – Poste e torre								
Unidade de geração eólica – Transformador								
Construção e benfeitorias								
Máquinas e equipamentos (geral)								
Móveis e utensílios								

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros".

**a. Composição do ativo imobilizado:** Os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	2025		2024	
	Saldo em 2024	Adição	Saldo em 2024	Adição
<b>Consolidado</b>				
Imobilizado em andamento	2.303	25	2.303	25
Máquinas e equipamentos	885.125	(34.591)	780.484	885.125
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.502	-	10.502	-
Móveis e utensílios	91	(3)	88	-
Equipamentos de processamento de dados	61	-	61	-
<b>Total</b>	<b>898.082</b>	<b>25 (34.594)</b>	<b>(70.050)</b>	<b>793.463</b>

Os ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 12 e 13. **b. Movimentações do ativo imobilizado:**

	Saldo em 2024		Adição (a)		Depreciação acumulada		Impairment (c)		Saldo em 2025	
	em 2024	em 2024	em 2024	em 2024	em 2024	em 2024	em 2024	em 2024	em 2025	
<b>Consolidado</b>										
Imobilizado em andamento	1.761	542	-	-	-	-	-	-	2.303	2.303
Máquinas e equipamentos	909.332	8.882	(33.089)	-	-	-	-	-	885.125	885.125
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.881	-	(379)	-	-	-	-	-	10.502	10.502
Móveis e utensílios	105	-	(14)	-	-	-	-	-	91	88
Equipamentos de processamento de dados	64	-	-	-	-	-	-	-	61	61
<b>Total</b>	<b>922.143</b>	<b>9.424</b>	<b>(33.485)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>898.082</b>	<b>898.082</b>

**c. Perda por redução ao valor recuperável (impairment):** Política contábil: A Companhia avalia, ao final de cada período de reporte, a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O valor recuperável de um ativo ou de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") corresponde ao maior valor entre (i) o valor justo líquido de despesas de venda e (ii) o valor em uso. Quando o valor contábil excede o valor recuperável, é reconhecida perda por impairment no resultado do exercício. Os testes de recuperabilidade são realizados no nível das UGCs, definidas como o menor grupo identificável de ativos capaz de gerar entradas de caixa em grande parte independentes de outros ativos ou grupos de ativos. No contexto operacional da Companhia, as UGCs correspondem substancialmente

aos clusters operacionais e às sociedades de propósito específico detentoras de ativos de geração de energia. Os ativos testados incluem, principalmente, imobilizado e ativos de direito de uso diretamente relacionados à geração de caixa das respectivas UGCs. **Identificação de indicadores de perda:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração identificou a existência de indicadores externos e internos de perda, nos termos do item 12 do CPC 01 (R1), principalmente relacionados a: • Intensificação estrutural de restrições operativas do sistema elétrico (curtailment/constrained-off); • Redução recorrente

... continuação

**Serra do Mel Holding S.A.**

e penho dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos. **13. Debêntures** – Em agosto de 2018, a Companhia procedeu com a emissão pública de debêntures, com base na Instrução CVM nº 476, de 16 de Janeiro de 2009, alterada pela Resolução nº 61 da CVM de 27 de dezembro de 2021, referente a série única de 130.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 130.000. O prazo de vencimento é de 336 meses, contadas da sua emissão e observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e amortizações extraordinárias facultativas. Os juros remuneratórios serão pagos pela emissora, a taxa incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures é de IPCA + 5,29% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios. As garantias reais das debêntures são o contrato de penhor das ações, representado pela totalidade do capital social da Companhia em posse do Acionista Echoenergia Participações S.A., também são garantidas por cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes dos Contratos de Energia de Reserva – CER nº 128/10. A última parcela de amortização do principal ocorrerá em dezembro/2035.

**a. Composição das debêntures**

Instituição	Taxa de juros	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
			2025	2024
Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	IPCA + 5,29% a.a	Dez/35	130.505	124.809
<b>Total</b>			<b>130.505</b>	<b>124.809</b>
Circulante			215	446
Não circulante			130.290	124.363

**b. Movimentação das debêntures:** As movimentações das debêntures são apresentadas conforme segue:

	2025	2024
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>124.809</b>	<b>118.634</b>
Custo de captação incorrido	408	408
Amortização de principal	(370)	(283)
Pagamento de juros	(6.957)	(6.747)
Juros incorporados à dívida	12.615	12.797
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>130.505</b>	<b>124.809</b>

**c. Obrigações contratuais – Covenants:** As debêntures possuem as seguintes cláusulas restritivas, as quais são acompanhadas pela Companhia e suas controladas: • Manutenção, até o vencimento do contrato, da Conta Reserva do serviço da dívida da debênture. • Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30. • Manter os contratos de serviço e manutenção vigentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas cumpriram todas as exigências contratuais qualitativas e quantitativas. **d. Cronograma de amortização:** Os fluxos de pagamentos das debêntures estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
2026	215	2.991
2027	2.196	2.196
2028	5.357	5.357
2029	119.746	119.746
2030 a 2035	130.505	130.505

**e. Garantias:** As debêntures de têm como garantias penhor de ações, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia e penhor dos equipamentos.

**14. Adiantamento de clientes**

	2025	2024
Recebimento antecipado (a)	76.938	82.823
<b>Total</b>	<b>76.938</b>	<b>82.823</b>
Circulante	4.374	7.407
Não circulante	72.564	75.416

(a) Contrato firmado pelas controladas Vila Espírito Santo III e Vila Espírito Santo IV referente à venda antecipada de energia incentivada no Ambiente de Contratação Livre – (ACL), com os respectivos recursos financeiros recebidos em dezembro de 2020, tendo as controladas obrigação de fornecer energia elétrica a contraparte que transferiu os recursos financeiros no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2031. **15. Provisão para desmobilização** – As provisões para desmobilização são reconhecidas pela Companhia e suas controladas considerando que ao final do prazo contratual de arrendamento têm a obrigação de restituir as terras nas condições anteriores à implementação dos parques eólicos. Estas provisões são mensuradas com base na estimativa dos custos relacionados à desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para a desmontagem e a destinação final dos itens descartados, sendo reconhecidas a valor presente. O valor presente da obrigação com desmobilização é calculado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores presentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 9,12% a.a. A Companhia e suas controladas reconhecem no resultado o ajuste a valor presente em relação ao fluxo de caixa futuro. Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o ICP 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, a Companhia e suas controladas revisaram suas estimativas referentes ao valor futuro necessário para o cumprimento dessas obrigações. Após a atualização das premissas de mercado, com base em estimativas de custos elaboradas por consultorias especializadas, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de novos valores. Em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado para o custo de desmobilização de ativos, atualizado a valor presente, foi de R\$ 93.805 (R\$ 90.633 em 31 de dezembro de 2024).

Saldo em 1º de janeiro	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Ajuste a valor presente	3.172	3.065
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>93.805</b>	<b>90.633</b>

**16. Patrimônio líquido – a. Capital social:** O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 400.567 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 400.567 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 1.887.106 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (1.887.106 em 31 de dezembro de 2024). **b. Dividendos:** Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Em 2025 não houve distribuição de dividendos decorrente do prejuízo do exercício. **c. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2025 não houve constituição de reserva legal em função do prejuízo do exercício. **d. Reserva de retenção de lucros:** É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral. Em 2025 não houve destinação em função do prejuízo do exercício. **17. Receita operacional líquida** – A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida nas transações de geração e venda de energia das controladas são registradas na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e é classificada no mercado: (i) ACL (Ambiente de Contratação Livre) – Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre. Os contratos das controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. **Pis e Cofins:** O Pis e o Cofins são calculados com base no regime cumulativo, ou seja, aplicando os percentuais estabelecidos pela legislação tributária sobre a receita operacional da Companhia. A alíquota para o Pis é de 0,65% sobre a receita operacional e para o Cofins 3%.

	2025	2024
Receita bruta de energia elétrica (a)	158.308	156.078
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>158.308</b>	<b>156.078</b>
Volume gerado em MWh	670.681	566.113
PIS	(1.029)	(1.015)
COFINS	(4.749)	(4.686)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(5.778)</b>	<b>(5.701)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>152.530</b>	<b>150.377</b>

(a) A receita bruta representa a venda de geração de energia própria. Abaixo demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	2025	2024
ACR (a)	156.389	155.213
MCP (b)	1.919	865
<b>Total</b>	<b>158.308</b>	<b>156.078</b>

(a) Ambiente de contratação regulada; (b) Mercado de Curto Prazo decorrente do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, ajustando as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física, podendo ter um efeito positivo ou negativo.

**18. Custo de operação**

	Consolidado	
	2025	2024
Depreciação	(34.665)	(33.485)
Amortização de direito de uso	(2.305)	(2.305)
Engenharia e gestão de processos O&M	(15.743)	(14.994)
Encargos de conexão e Transmissão	(14.270)	(13.459)
Compra de energia (b)	(41.269)	(35.872)
Gastos com pessoal	(1.874)	(2.397)
Serviços de terceiros	(1.823)	(1.509)
Seguros	(3.019)	(3.080)
Outros (a)	(2.943)	(2.349)
<b>Total</b>	<b>(117.911)</b>	<b>(109.450)</b>

(a) Referem-se a serviços de terceiros, impostos, taxas e alvarás diversos, locação e alugueis e demais custos, líquido de reversões, bem como créditos dos fornecedores de manutenção dos aerogeradores, por ressarcimento de disponibilidade; (b) O aumento da compra de energia no ano de 2025, quando comparado a 2024, está diretamente relacionado a baixa geração de energia no exercício, conforme apresentado na nota explicativa 17, isso porque, a região onde estão localizados os parques eólicos das controladas, foi a mais impactada pelos efeitos de constrained-off ao longo do ano.

**19. Despesas gerais e administrativas**

	Consolidado	
	2025	2024
Gastos com pessoal	(4.107)	(3.414)
Serviços de terceiros	(1.074)	(1.138)
Legais, judiciais e publicações	(13)	(347)
Impostos e alvarás diversos	–	(85)
Outros	(660)	(545)
<b>Total</b>	<b>(5.854)</b>	<b>(5.529)</b>

**20. Receitas e despesas financeiras** – As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia e suas controladas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, IOF e juros sobre arrendamento. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	354	180	4.776	3.782
Outras receitas	–	1	101	50
<b>Receitas financeiras</b>	<b>354</b>	<b>181</b>	<b>4.877</b>	<b>3.832</b>
Juros sobre financiamentos	–	–	(18.944)	(21.053)
Juros debêntures	(12.615)	(12.797)	(12.615)	(12.797)
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	–	–	(3.172)	(3.065)
Despesa captação de financiamentos e debêntures	(408)	(408)	(537)	(537)
Fianças e comissões bancárias	–	–	(80)	(2.143)
Juros sobre arrendamento	–	–	(1.199)	(1.223)
Outras despesas financeiras	(1.158)	(202)	(3.118)	(738)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(14.181)</b>	<b>(14.689)</b>	<b>(39.665)</b>	<b>(41.556)</b>

**21. Imposto de renda e contribuição social – Lucro real:** A Controladora optou pelo regime de tributação Lucro Real. O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas em 10% sobre o lucro tributável, após compensações, excedente a R\$ 240 (base anual) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Ao final de 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentou prejuízo fiscal, desta forma não apurou imposto de renda e contribuição social correntes. O quadro abaixo demonstra a reconciliação da alíquota efetiva para a Companhia, que optou pelo regime de lucro real:

	2025		2024	
	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(181.156)	(2.454)	–	–
Adições e exclusões permanentes	167.276	(6.950)	–	–
Outras despesas indedutíveis	(2)	(52)	–	–
Adições e exclusões temporárias	–	–	–	–
Provisões indedutíveis	–	(1.329)	–	–
<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>(13.882)</b>	<b>(10.785)</b>	–	–

Em 2025 e 2024 a Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL por não possuir perspectiva de lucros tributáveis futuros. **Lucro presumido:** As controladas da Companhia que executam atividades de geração de energia optam pelo regime de tributação Lucro Presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta proveniente da venda de energia eólica e a razão de 100% sobre as receitas financeiras as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida em 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 6.348 (R\$ 5.969 em 31 de dezembro de 2024). O quadro abaixo demonstra as apurções das Controladas, com base no lucro presumido:

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Imposto de renda</b>	<b>158.308</b>	<b>158.308</b>
Receitas de operações com energia elétrica	158.308	158.308
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	12.665	18.997
Demais receitas	4.753	4.753
<b>Base de cálculo</b>	<b>17.418</b>	<b>23.750</b>
Alíquota nominal (IRPJ 15%)	2.613	–
Alíquota nominal (CSLL 9%)	–	2.137
<b>Base adicional IRPJ</b>	<b>15.978</b>	<b>1.598</b>
Adicional (10%)	1.598	–
<b>Corrente</b>	<b>4.211</b>	<b>2.137</b>

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Imposto de renda</b>	<b>156.078</b>	<b>156.078</b>
Receitas de operações com energia elétrica	156.078	156.078
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	12.486	18.729
Demais receitas	3.832	3.832
<b>Base de cálculo</b>	<b>16.318</b>	<b>22.561</b>
Alíquota nominal (IRPJ 15%)	2.448	–
Alíquota nominal (CSLL 9%)	–	2.032
<b>Base adicional IRPJ</b>	<b>14.886</b>	<b>1.489</b>
Adicional (10%)	1.489	–
<b>Corrente</b>	<b>3.937</b>	<b>2.032</b>

**22. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas** – A Companhia e suas controladas são partes de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas, com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível. **23. Partes relacionadas** – Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia com suas controladas, as quais estão descritas abaixo:

	Controladora	
	2025	2024
<b>Dividendos a receber</b>	<b>302</b>	<b>158</b>
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A	2.019	2.736
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	–	2.802
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	8	2.551
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	813	2.013
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	3.142	10.260

**Contas a receber sobre redução de capital**  
 Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A  
 Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A  
 Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A  
 Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A  
 Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Contas a receber – Partes relacionadas (a)</b>	<b>36</b>	<b>375</b>
Echoenergia Crescimento S.A.	36	375
<b>b. Valores a pagar</b>	<b>36</b>	<b>375</b>
<b>Fornecedores partes relacionadas</b>	<b>1.455</b>	<b>1.455</b>
Echoenergia Participações S.A. (a)	–	9.109
Vila Sergipe I Empreendimentos e Participações S.A. (b)	–	10.564
<b>Total a pagar</b>	<b>4.852</b>	<b>10.711</b>

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Mútu financeiro</b>	<b>100</b>	<b>–</b>	<b>100</b>	<b>–</b>
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	–	2.200	–	2.200
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	243	1.101	–	–
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	–	1.700	–	–
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	4.609	5.610	–	–
<b>Total a pagar</b>	<b>4.852</b>	<b>10.711</b>	<b>10.564</b>	<b>10.336</b>

**c. Resultado**

	Consolidado	
	2025	2024
Compartilhamento de custos (a)	–	(2.634)
Compartilhamento de despesas (a)	–	(5.718)
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>(8.352)</b>

(a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora Echoenergia Participações S.A. e com a Echoenergia Crescimento S.A. O critério de rateio se dá com base na receita de cada companhia participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da controladora. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2026. Os principais gastos compartilhados são: • Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação; • Despesas legais e advocatícias e seguros. (b) Valor a pagar referente a compra de ativo imobilizado, mais detalhes da transação na nota explicativa 10. **d. Remuneração dos administradores:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A., a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia. Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia. **24. Instrumentos financeiros – Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo: Fundos vinculados e aplicações financeiras:** O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados. **Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do

... continuação

Serra do Mel Holding S.A.

que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. **25. Gerenciamento de riscos** – A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico. Visando a mitigação do risco operacional a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira: • Profissionais altamente treinados e capacitados. • Contratos robustos de operação e manutenção. • Processos sólidos e bem definidos. • Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação. • Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança. • Centro de controle operacional de alta tecnologia. • Monitoramento de matriz de risco. • Gestão do relacionamento com a comunidade. **Risco de crédito:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia e suas controladas de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovada pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram o caixa e receber das controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	918	5.291	50.097	35.008
Fundos vinculados	6.b	-	-	9.634	18.414
Contas a receber	7	-	-	14.873	15.504
<b>Total</b>		<b>918</b>	<b>5.291</b>	<b>74.604</b>	<b>68.926</b>

**Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas incalculáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integrações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não possuem aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Fluxos de caixa contratuais			
			Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
2025						
Fornecedores	(8)	(8)	-	-	-	-
Debêntures	130.505	(130.505)	(215)	(2.991)	(11.608)	(115.691)
<b>Total</b>	<b>130.513</b>	<b>(130.513)</b>	<b>(223)</b>	<b>(2.991)</b>	<b>(11.608)</b>	<b>(115.691)</b>

	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Fluxos de caixa contratuais		
				Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
2024						
Fornecedores	23.894	(23.984)	(23.984)	-	-	-
Arrendamentos	11.644	(11.644)	(102)	(20)	(79)	(11.443)
Debêntures	130.505	(130.505)	(215)	(2.991)	(11.608)	(115.691)
Financiamentos	329.848	(329.848)	(38.860)	(19.560)	(60.099)	(211.329)
<b>Total</b>	<b>495.891</b>	<b>(495.981)</b>	<b>(63.161)</b>	<b>(22.571)</b>	<b>(71.786)</b>	<b>(338.463)</b>

**Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e de suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Risco de taxas de juros:** A Companhia e suas controladas entendem que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. **Análise de Sensibilidade:** Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos a indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas de relatórios de mercado, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	2025 Provável	Sensibilidade			
		25%	50%	-25%	-50%
IPCA (b)	4,30%	4,30%	5,38%	6,45%	3,23%
<b>Risco de redução das taxas de juros e índices</b>					
CDI (c)	14,90%	14,90%	18,63%	22,35%	11,18%
<b>Total</b>					
		8,640	2,160	4,320	(2,160)

Índice (passivo)	2025 Provável	Sensibilidade			
		25%	50%	-25%	-50%
Financiamentos IPCA (a)	(329.848)	(344.031)	(362.523)	(351.123)	(340.486)
Debêntures IPCA (a)	(130.505)	(136.117)	(137.520)	(138.923)	(134.714)
<b>Total</b>	<b>(460.353)</b>	<b>(480.148)</b>	<b>(500.043)</b>	<b>(490.046)</b>	<b>(475.200)</b>
<b>Impacto no resultado do exercício</b>		<b>(19.795)</b>	<b>(4.949)</b>	<b>(9.898)</b>	<b>4.949</b>
<b>Risco de redução (ativo)</b>					<b>9.898</b>
Aplicações financeiras e fundos vinculados CDI (b)	57.985	66.625	68.785	70.945	64.465
<b>Impacto no resultado do exercício</b>		<b>8.640</b>	<b>2.160</b>	<b>4.320</b>	<b>(2.160)</b>

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo. (b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo. **26. Compromissos contratuais e garantias – Compromissos futuros:** A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia e suas controladas para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	Consolidado	
				2029 a 2037	2029 a 2037
CUST/CCT (a)	14.003	14.557	15.119	31.880	31.880
Contratos de O&M (b)	15.397	17.736	18.733	109.403	109.403
<b>Total</b>	<b>29.400</b>	<b>32.293</b>	<b>33.852</b>	<b>141.283</b>	<b>141.283</b>

**a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT):** Durante toda a operação dos projetos, as controladas irão incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão. Para o ano de 2025 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses. Para os anos a partir de 2026 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026. **b. Contratos de Operação e Manutenção (O&M):** As controladas possuem contratos de longo prazo com o objetivo de garantir a operação e manutenção dos aerogeradores dos seus parques. **27. Informações complementares ao fluxo de caixa** – O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, estabeleceu que as transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa e equivalentes de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	Nota	Controladora 2025
<b>Atividades de financiamento</b>		
Dividendos a receber	8	960
<b>Total</b>		<b>960</b>

**28. Cobertura de seguros** – Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia e suas controladas adotam uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Diretoria Executiva	
<b>Liú Gonçalves de Aquino</b>	Diretor Presidente
<b>Raimundo Barreto Bastos</b>	Diretor Financeiro
Contador	
<b>Bruno Ortega Janjacomo</b>	Gerente Contábil – CRC 1SP-331491/0-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da Serra do Mel Holding S.A. | São Paulo-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serra do Mel Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Mensuração da provisão para desmobilização dos ativos (ARO – Asset Retirement Obligations):** As controladas da Companhia possuem obrigação contratual, proveniente dos contratos de arrendamento, de devolver as terras nas condições originais anteriores à implantação dos parques eólicos, e reconhecem provisão para os custos de desmobilização dos ativos previstos ao término do prazo de vigência desses contratos. A provisão para desmobilização dos ativos e recuperação das áreas degradadas é reconhecida em contrapartida do ativo direito de uso, sendo atualizada a valor presente em contrapartida do resultado do exercício. O processo de determinação da provisão requer que as controladas da Companhia efetuem estimativa dos gastos futuros com a desmobilização dos ativos e a recuperação da área dos parques eólicos. Nas demonstrações consolidadas, o valor da provisão para desmobilização dos ativos totaliza R\$ 93.805 mil em 31 de dezembro de 2025 e está divulgado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A determinação da provisão dos gastos para desmobilização dos ativos é relevante para a nossa auditoria em função da magnitude dos montantes envolvidos, além de estar sujeita a julgamento por parte da Administração na sua mensuração, incluindo a

utilização de premissas subjetivas, as quais incluem o método de recuperação, o período em que o trabalho será executado, a taxa de inflação e a taxa de desconto a valor presente da provisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pelas controladas da Companhia na determinação da taxa de desconto para o cálculo do ajuste a valor presente; (ii) análise dos dados e premissas dos custos elaborados pela Administração, considerando orçamento com terceiros obtidos; (iii) recálculo da provisão, considerando a taxa de desconto utilizada pelas controladas da Companhia e a quantidade de aerogeradores instalados nos parques; e (iv) avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para desmobilização dos ativos que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Teste de recuperabilidade do ativo imobilizado:** Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de impairment) dos saldos de ativo imobilizado e direito de uso de suas controladas, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.c das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa; (ii) envolvimento de especialistas em avaliação para revisão da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa; e (iii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo imobilizado preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10.c, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras indi-**

**viduais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2026.  
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-CE 001.042/F  
Thiago Alexandre de Souza Silva Contador CRC-PE 021.265/O

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal

